



DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas Gerais conclui o curso 'Escola de Convivência Familiar' com formatura de 73 participantes

Capacitação trouxe temas práticos, como serviços de acolhimento, cuidados essenciais, bons hábitos familiares, comunicação não violenta, técnicas de mediação e conciliação, sexualidade, desafios na adolescência, entre outros

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Emoção marcou a solenidade de formatura da 1ª turma capacitada pelo projeto Escola de Convivência Familiar na DPMG

Com o auditório repleto de pessoas, de esperança e alegria, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) realizou na terça-feira (12/12) a cerimônia de formatura da primeira turma da Escola de Convivência Familiar. Voltada prioritariamente para familiares e cuidadores de crianças e adolescentes que estejam em serviço de acolhimento institucional, a capacitação oferecida pela Defensoria trabalhou conteúdos de forma teórica e prática, informações e instrumentos para auxiliar as famílias a serem mais protetivas com suas crianças e adolescentes, condição necessária para que filhas e filhos retornem ao convívio familiar. Ao longo do último trimestre foram realizados 12 encontros na DPMG.

Nesta primeira edição do curso foram formadas 73 pessoas no total. No decorrer da capacitação, 11 crianças retornaram para as famílias de origem, 8 para os pais e 3 para a família extensa. Seis crianças já têm decisão dos abrigos para retorno para seus pais nos próximos dias.

"Neste momento de celebração estamos encerrando um ciclo com muitas notícias boas, muitas crianças que voltaram para casa, outras que estão voltando, muitas famílias reconstruídas", declarou a coordenadora estratégica de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes da DPMG, defensora pública Daniele Bellettato Nesrala.

[Leia na íntegra](#)



AINDA NESTA EDIÇÃO

> DESTAQUES

DPMG assina acordo de cooperação com cartórios que facilita procedimentos de divórcios e inventários extrajudiciais

> DEU NA MÍDIA

> INSPIRANDO NOVAS ATITUDES • MUNDO OFICIAL

> PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

DESTAQUES

DPMG assina acordo de cooperação com cartórios que facilita procedimentos de divórcios e inventários extrajudiciais

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Defensora-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, e a presidente do Sinoreg, Walquíria Rabelo, assinaram o ACT



Autoridades presentes na assinatura do ACT

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) celebrou na segunda-feira (18/12) a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica nº 49/2023 com o Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de Minas Gerais (Sinoreg /MG). A medida, complementar à Lei 11.441/2007 (Divórcio, Inventário e Partilha), viabiliza, simplifica e torna mais acessível o atendimento às pessoas assistidas pela Instituição nestes casos. A solenidade foi realizada no Gabinete da Defensoria-Geral.

De acordo com a defensora pública Paula Regina Fonte Boa Pinto, coordenadora estadual dos Centros de Conciliação e Mediação da DPMG, com o ACT, assistidas e assistidos poderão resolver os processos de divórcio e inventário sem o envolvimento do Judiciário. Todo o procedimento é gratuito. A DPMG, em parceria com o Sinoreg /MG, agirá como uma ponte diretamente com o cartório, dispensando a homologação judicial dos processos, o que agiliza seu andamento. As pessoas, ao procurarem a Instituição, serão chamadas para uma audiência de conciliação e, uma vez alcançado acordo entre as partes e concluída a tramitação em cartório, voltam apenas para a assinatura.

[Leia na íntegra](#)
Defensora-geral fala sobre atuação da DPMG na garantia de direitos às vítimas de Brumadinho em seminário sobre a mineração

A defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel de Sousa da Costa Dias, foi uma das palestrantes do “Seminário da Mineração Brasileira”. O evento, realizado na segunda-feira (11/12), foi idealizado para debater temas relevantes do setor minerário com foco na solução de problemas para a promoção de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

Participaram representantes do setor produtivo da mineração, agentes ligados ao setor de investimentos nacionais e internacionais, especialistas em temas técnicos e, ainda, autoridades públicas.

[Leia na íntegra](#)

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Defensora-geral Raquel Gomes da Costa Dias, uma das palestrantes do talk show, falou sobre a atuação da Defensoria Pública na tragédia de Brumadinho

Aplicativo móvel da Defensoria Pública de Minas ganha novas funcionalidades

O APP DPMG foi criado em 2020 com o objetivo de facilitar e agilizar o acesso da população aos serviços prestados pela Instituição e, também, otimizar o trabalho das defensoras e defensores públicos.

[Saiba como acessar o APP DPMG](#)

DESTAQUES

Assistido da Defensoria Pública de Minas acusado de furtar 4 galinhas é absolvido após caso tramitar por 4 anos e chegar ao STF

Réu havia sido absolvido na primeira instância, mas caso foi parar na mais alta corte após recursos apresentados pela acusação

O Supremo Tribunal Federal (STF) absolveu um assistido da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) acusado de furtar galinhas. O caso aconteceu em setembro de 2019 na cidade de Bambuí, na região Centro-Oeste do Estado. M.T.M. foi denunciado pelo furto de quatro aves. No momento de sua prisão em flagrante, a polícia recuperou duas das galinhas. As aves valiam, na época, 5 reais.

Em dezembro de 2019, o juiz da Vara Criminal de Bambuí entendeu que “os fatos praticados pelo acusado não configuram a tipicidade material necessária para o reconhecimento do delito” e absolveu o assistido, com fundamento no artigo 386, inciso III do Código de Processo Penal, tendo em vista a atipicidade da conduta por força do princípio da insignificância.”

O Ministério Público interpôs recurso e, em fevereiro de 2022, o Tribunal de Justiça de Minas

Gerais deu provimento, condenando M.T.M., e de não ser aplicável o princípio da insignificância.

A DPMG interpôs agravo em recurso especial no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, em junho deste ano, o ministro relator que analisou o recurso, negou o pedido, mantendo a sentença. A Defensoria Pública de Minas, então, interpôs agravo regimental, cujo provimento também foi negado. Na decisão, a afirmativa de que a reincidência e os maus antecedentes afastam a incidência do princípio da insignificância.

Então, a DPMG interpôs *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a reforma do acórdão para absolver M.T.M. da acusação de furto, uma vez que o fato provocou lesão mínima, o que invalida a tipicidade material.

[Leia na íntegra](#)



[Compartilhe](#)

DEU NA MÍDIA

Homem acusado de furtar 4 galinhas em MG é absolvido após caso chegar ao STF

O Tempo

Homem furta quatro galinhas, caso tramita por 4 anos e STF absolve ele

BHAZ

....

ANS e Defensoria Pública de MG renovam acordo

fenarcor.org.br

[Portal.gov.br](https://portal.gov.br)

....

Governo e instituições criticam fechamento de hospital psiquiátrico em Barbacena

Tribuna de Minas

Justiça acolhe pedido da DPMG e determina Estado de Minas Gerais a indenizar mãe de detento morto em unidade prisional

Entendimento é que Estado foi omissor no encaminhamento do custodiado para Hospital Psiquiátrico e Judiciário. A decisão fixou R\$ 50 mil por danos morais

[Leia na íntegra](#)

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensor público palestra em Simpósio sobre Transtorno do Espectro Autista em Belo Horizonte

O defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, coordenador estadual da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência, da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), participou como palestrante do “1º Simpósio Autismo na Atualidade: Desafios e Avanços”. O evento ocorreu no dia 1º/12, no The One Business, em Belo Horizonte, e contou com ampla programação com palestras, videoaula, mesa redonda e discussão interativa, reunindo famílias, profissionais das áreas da saúde e da educação. Também coordenador-geral da Rede de Proteção da Pessoa com Deficiência das Instituições do Sistema de Justiça e Instituições Públicas de Minas Gerais, Luis Renato Pinheiro proferiu a palestra “A importância e o papel da Rede de Proteção como Garantidora de Direitos das Pessoas Autistas e suas Famílias”.

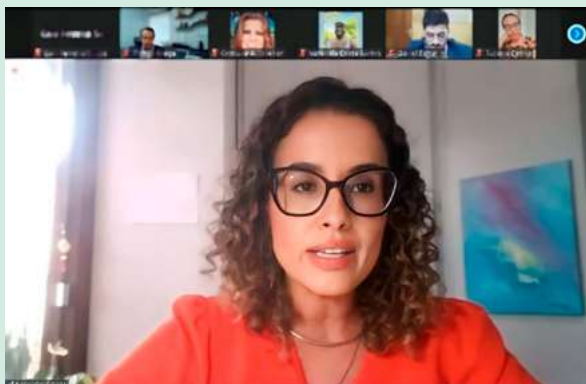
FOTO: BERNARDO NASCIMENTO



Florense Assis, Gustavo Lavorato, Luis Renato Arêas e Rosely Rossito

[Leia na íntegra](#)

Defensora pública de Minas apresenta trabalho sobre alteração de prenome e gênero em Congresso Internacional



Mônica da Costa apresentou no evento o trabalho intitulado “A alteração de prenome e gênero de pessoas trans de forma gratuita como direito fundamental”

A defensora pública Mônica Alves da Costa, em atuação na Comarca de Ituiutaba, participou na quarta-feira (13/12), de forma virtual, do “I Congresso Internacional Global Crossings Cátedra Jean Monnet”, que ocorreu no Coimbra Business School, na cidade de Coimbra, em Portugal. Mônica da Costa é integrante da Câmara de Estudos de Igualdade Étnico-Racial, de Gênero e de Diversidade Sexual da Defensoria Pública de Minas Gerais e das Comissões de Diversidade Sexual e Atos Internacionais da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP).

[Leia na íntegra](#)

Defensora pública ministra palestra de capacitação a conselheiras e conselheiros tutelares de Sete Lagoas

A defensora pública Danielle Fróes Soares dos Santos, titular da Defensoria da Criança e Adolescente em Sete Lagoas, ministrou a palestra “Conselho Tutelar e Justiça” no dia 14 de dezembro (quinta-feira). O evento – parte da Capacitação dos Conselheiros Tutelares do município – foi promovido pelo CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sete Lagoas) e ocorreu no auditório do Ministério Público do município. O objetivo foi apresentar a atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e dar orientações sobre as funções e atividades dos conselheiros tutelares.



Defensora pública Danielle Fróes durante a palestra para as conselheiras e conselheiros tutelares de Sete Lagoas

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensora pública recebe homenagem da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica por atuação pela saúde de crianças e adolescentes



Defensora pública Thaisa Falleiros recebeu a homenagem acompanhada por uma das crianças que conseguiu a cirurgia que precisava sem ação judicial

Em virtude da sua atuação extrajudicial na área da saúde da criança e do adolescente, a defensora pública Thaisa Amaral Braga Falleiros, que atua na Defensoria Especializada dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – Cível (DEDICA-Cível), em Belo Horizonte, foi homenageada pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica – Regional Minas Gerais.

Por meio da atuação de Thaisa Falleiros foram realizadas diversas cirurgias urgentes em crianças e adolescentes, sem o ajuizamento de ações judiciais. Para a defensora pública homenageada, “a atuação extrajudicial é o presente e o futuro”.

A condecoração foi entregue durante a solenidade de abertura do 1º Simpósio Internacional de Abdominoplastia realizada no dia 1º de dezembro.

Defensora pública participa de reunião interinstitucional na Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

A defensora pública Daniele Bellettato Nesrala, coordenadora estratégica de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais na reunião de articulação na Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério dos Direitos Humanos, em Brasília, ocorrida na segunda-feira (11/12). Estiveram presentes também representantes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público, do Conselho Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos-Gerais, além dos representantes do Governo Federal.



Defensoria Pública de Minas Gerais assume pela 1ª vez a coordenação do Fórum Permanente do Socioeducativo em BH

A defensora pública Ana Paula Coutinho Canela e Souza, coordenadora da Defensoria Especializada dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – Ato Infracional, foi empossada na quinta-feira (14/12) como coordenadora-geral do Fórum Permanente do Sistema Socioeducativo de Belo

Horizonte em mandato de um ano. De acordo com Ana Paula Coutinho, a Defensoria Pública de Minas Gerais assume pela primeira vez a coordenação do Fórum em Belo Horizonte, ocupando o papel que lhe cabe no sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes.

O Fórum Permanente do Sistema Socioeducativo de Belo Horizonte completará 10 anos em fevereiro de 2024 e é integrado por instituições públicas e pela sociedade civil que atuam na promoção dos direitos de crianças e adolescentes, em especial adolescentes em conflito com a lei.



Defensora pública Ana Paula Coutinho assumiu a coordenação do Fórum; e a coordenadora do Projeto Bravíssimo e cofundadora da Indômitas Coletiva Feminista, Izabela Miranda, será a coordenadora adjunta

[Leia na íntegra](#)

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensoras públicas participam de audiência pública na ALMG sobre Novo Socioeducativo proposto pelo Governo de Minas

As defensoras públicas Daniele Bellettato Nesrala, coordenadora estratégica de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, da Defensoria Pública de Minas Gerais, e Ana Paula Coutinho Canela e Souza, coordenadora da Defensoria Especializada dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – Ato Infracional e coordenadora-geral do Fórum Permanente do Sistema Socioeducativo de Belo Horizonte, participaram de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O evento ocorreu na quinta-feira (14/2).

A audiência pública reuniu representantes do Ministério Público, servidores do socioeducativo, de entidades da sociedade civil e jovens que passaram pelo sistema. Teve como finalidade o debate acerca do projeto intitulado “Novo Socioeducativo” e a garantia de direitos aos adolescentes em

FOTOS: HENRIQUE CHENDES/ ALMG



Defensoras públicas Daniele Bellettato e Ana Paula Canela durante a audiência pública na ALMG

privação de liberdade. O projeto é uma iniciativa do Governo de Minas Gerais, de gestão privada de unidades e tem gerado questionamentos, por parte de especialistas, sobre a eficácia na ressocialização de adolescentes.

[Leia na íntegra](#)
Defensora pública participa de festival quilombola em Belo Horizonte

A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, em atuação na Defensoria Especializada

FOTO: ÉRIKA MARTINS



Ana Cláudia Storch participou da abertura do festival

lizada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), em defesa de povos e comunidades tradicionais, participou do 4º Festival Canjerê, em Belo Horizonte. Ana Cláudia esteve presente na abertura e também participou das mesas de diálogos “Tombamento Constitucional de Quilombos” e “Titulação Coletiva dos Territórios Ancestrais Quilombolas, conforme determinam o Decreto 4887/2003 e a Lei 21.147/2014”. O festival foi realizado pela Associação Aprender e Produzir Juntos (API), com o apoio de diversas entidades e instituições. Ocorreu nos dias 7 a 10 de dezembro, no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, e contou com feiras, apresentações culturais, shows, mesas de diálogo e rodas de conversa.

Vídeo desenvolvido pela Fiocruz/MG em parceria com a DPMG complementa cartilha sobre violência sexual

Para complementar a cartilha “Violência sexual – o que você deve saber”, lançada no dia 5 de dezembro (terça-feira), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/MG), em parceria com a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e outras instituições, desenvolveu um vídeo educativo a partir do material. Elaborado com informações disponíveis na publicação, o vídeo traz orientações sobre violência sexual e busca explicar à população os procedimentos que devem ser realizados em casos de estupro, bem como questões como direitos

sexuais e reprodutivos, além de indicar locais de atendimento, serviços e contatos de referência às pessoas em situação de violência sexual em Belo Horizonte e no Estado de Minas Gerais.

A produção busca ser acessível a todos os públicos e aposta no caráter didático das animações aliadas à narração que resume os principais pontos do texto original da cartilha. O *design* de arte simples e chamativo se alinha ao da publicação escrita.

[Leia na íntegra e acesse os documentos](#)

MUNDO OFICIAL

Defensora e defensor público em atuação em Brasília visitam ministra do STJ



A defensora pública Adriana Patrícia Campos Pereira (à direita) e o defensor público Flávio Wandek, que integram o Núcleo de Atuação junto aos Tribunais Superiores, em Brasília, visitaram, na quarta-feira (13/12), a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Daniela Teixeira (ao centro). No encontro foram tratados temas de interesse institucional da Defensoria Pública de Minas Gerais.

📌❤️Compartilhe



No início do mês, durante sessão solene e histórica do Conselho Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais, marcada pela emoção e pelos sentimentos de honra e pertencimento, a DPMG celebrou os 20 anos de criação de seu órgão colegiado, completados no dia 18 de dezembro.

📌❤️Compartilhe



Acompanhe as novidades da Defensoria Pública de Minas Gerais



@defensoriamineira



@defensoriamg



c/defensoriamineira



www.defensoria.mg.def.br

IMPORTANTE: Faça login no **Gerais** antes de clicar nos links

Assessoria de Administração Estratégica e Inovação apresenta balanço das atividades do planejamento estratégico em 2023

A Assessoria de Administração Estratégica e Inovação da Defensoria-Geral realizou na segunda-feira (11/12) a 3ª Reunião Quadrimestral do Planejamento Estratégico em 2023. O encontro reuniu a Administração-Geral, Corregedoria-Geral, Superintendências e Assessorias da Defensoria Pública de Minas Gerais para a apresentação das principais entregas e feitos do Planejamento Estratégico em 2023, encerrando o balanço do ano.

A assessora de Administração Estratégica e Inovação, defensora pública Karina Rodrigues Maldonado, apresentou o que foi vivenciado pela Instituição em 2023, mostrando o status de cada um dos 20 projetos estratégicos, os resultados já obtidos e as metas para 2024. “Todos os projetos serão revisitados e reformulados em 2024 para que a Defensoria Pública possa cumprir suas metas, gerando resultado efetivo e beneficiando a população mineira”, enfatizou a assessora. A defensora pública-geral Raquel Gomes de Sousa da

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Assessora de Administração Estratégica e Inovação, Karina Rodrigues Maldonado.

Costa Dias, no encerramento do encontro, falou sobre a importância do engajamento e compromisso da atual gestão na execução do Planejamento Estratégico.

[Leia a matéria na íntegra no Gerais](#)

DPMG recebe especialistas para debater Saúde Ocupacional no setor público

Na terça-feira (12/12), a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio da Superintendência de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional (SGPSO), recebeu os especialistas para



debater Saúde Ocupacional nos órgãos públicos. Estiveram presentes o médico do trabalho, Leonardo Pereira Garrido, e a assessora/enfermeira do trabalho, Ana Paula Ferreira Penna de Simone, ambos integrantes da Gerência de Saúde e Segurança do Trabalhador da Rede FHEMIG (Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais).

Na ocasião, foi analisado como a legislação atua para garantir a saúde ocupacional, trazendo reflexões sobre possíveis melhorias. Também foram ressaltadas as ações da FHEMIG e suas coordenadorias para garantir esse direito essencial dentro do ambiente de trabalho

[Leia a matéria na íntegra no Gerais](#)

NOTA DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Protocolo de certidões de atividades extraordinárias – janeiro/2024

A Defensoria Pública-Geral alerta as coordenadoras e coordenadores de que, nos termos do art. 17 da Resolução DPG nº 1839/2023, a Superintendência de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional (SGPSO) receberá certidões

relativas a atividades extraordinárias até o 3º (terceiro) dia útil do mês de janeiro de 2024, ou seja, até o dia 04 de janeiro de 2024.

As certidões deverão ser emitidas pela coordenação e /ou plantonista da Unidade.

Fonte: Defensoria Pública-Geral (13/12/2023)

IMPORTANTE: Faça login no **Gerais** antes de clicar nos links

Abertura de consulta para os procedimentos de concessão de progressão e promoção, nas carreiras do quadro de apoio administrativo e serviços auxiliares
Resolução nº 2195/2023 (DODP 19/12/2023)

Abertura de consultas para cooperação
>> **Inscrições por e-mail, direcionados para cooperacao@defensoria.mg.def.br :**

- **Montes Claros / Presídio II (Presídio Regional)** – mutirão de atendimento jurídico a ser dividido em duas fases, sendo a primeira para análise remota da situação jurídica de todas as pessoas presas na unidade prisional contemplada; e a segunda, atendimento jurídico presencial nos dias 16, 17 e 18 de janeiro de 2024, em conjunto com analistas técnicos jurídicos da Sejusp. Inscrição até as 12h horas do dia 8 de janeiro de 2024.
Resolução nº 2241/2023 (DODP 20/12/2023)
 - **Belo Horizonte / 5ª Auditoria Militar e Tribunal de Justiça Militar** – cooperação voluntária e temporária no período de 15 de janeiro de 2024 a 15 de julho de 2023, podendo ser prorrogado ou antecipado. Inscrição até as 12 horas do dia 10 de janeiro de 2024.
Resolução nº 2242/2023 (DODP 20/12/2023)
- >> **[Acesse aqui a página do Diário Oficial da DPMG](#)**

Memorando da Corregedoria-Geral sobre normas e informações relativas ao recesso 2023/2024
Memorando da Corregedoria-Geral traz compilado de normas e informações relativas ao recesso 2023/2024, com o objetivo de facilitar a consulta e a realização dos trabalhos de todos os plantonistas.
>> **[Acesse aqui para ler o Memorando n. 052/2023/Corregedoria-Geral.](#)**

Defensoria Pública inspira história contada em livro por estagiário de Direito na Unidade de Montes Claros



O estagiário de Direito da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), Vini Birkheuer, que atua no Centro de Conciliação e Mediação da Unidade em Montes Claros, lançou seu oitavo livro, intitulado “Órfãos dos Sonhos”. A obra narra a história de cinco personagens – Sun, Martina, Aurora, Filippo e Golda –, que têm suas vidas interligadas a um destino misterioso.

O livro faz uso de ilustrações experimentais e presta homenagem à DPMG: o defensor público fictício Wesley Dujardin é um personagem livremente inspirado em Wesley Soares Caldeira, defensor público com atuação em Montes Claros. “Órfãos dos Sonhos” é uma história sobre juventude, amizade, música e tradições compartilhadas ao longo do processo de amadurecimento. O livro já está disponível em livrarias locais e na versão online na plataforma Agbook (agbook.com.br).

Nota jurídica trata da concessão do indulto natalino
A Câmara de Estudos de Execução Penal divulgou, no dia 15/12, nota jurídica sobre concessão do indulto natalino.
>> **[Clique para ler](#)**

 **NOTA DE PESAR**
É com profundo pesar que a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) informa o falecimento do seu servidor, o gerente de redes da Superintendência de Tecnologia da Informação – STI, **Yan Humphreis**. O velório foi realizado no dia 17/12, em Belo Horizonte. Nossos sinceros votos de solidariedade e apoio aos nossos colegas, à família do Yan e amigos.

IMPORTANTE: Faça login no **Gerais** antes de clicar nos links

DPMG disponibiliza acesso a instrumentos administrativos da organização de documentos. Série de **cards** apresenta o documento

O Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Acesso de Documentos (PCD-TAD) estão na Intranet:

Acesso Rápido > Veja mais > Sup. Recursos Logísticos e Infraestrutura > Arquivo Central – AC / Gestão de Documentos

Arquivo Central

Gestão de Documentos

Card 4.1

5. PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS E TABELA DE TEMPORALIDADE E ACESSO DE DOCUMENTOS

Refere-se à classificação do documento junto com seu acesso, prazo de guarda, destinação, observação e legislação.

Atente-se aos conceitos: “arranjo intelectual”, “nível hierárquico”, “acesso (restrito / irrestrito)”, “prazo de guarda (vigência)”, “destinação”, “observação” e “legislação”.

> Páginas 63 a 376.

✱ Arranjo intelectual

✱ Destinação

✱ Nível hierárquico

✱ Observação

✱ Acesso (restrito / irrestrito)

✱ Legislação

✱ Prazo de guarda (vigência)

Arquivo Central

Gestão de Documentos

Card 4.2

Arranjo Intelectual

É composto pelo código alfanumérico.

A parte **alfabética** define a **estrutura hierárquica** da Defensoria e suas unidades administrativas.

A parte **numérica** define a Função, Subfunção, Atividade e Conjunto ou Espécie Documental.

DPMG-CG-01.08.02.01

- Fundo: DPMG (Defensoria Pública de Minas Gerais)
- Unidade Administrativa: CG (Corregedoria-Geral)
- Função: 01 Organização Administrativa
- Subfunção: 08 Fiscalizar e orientar atividade funcional e a conduta
- Atividade: 02 Levantamento estrutural das Unidades da Defensoria
- Conjunto Documental: 01 Procedimento Administrativo Interno - PAI

DPMG-DPG-SRLI-DTSGI-CTSG/TRP-04.05.04.01

- Fundo: DPMG (Defensoria Pública de Minas Gerais)
- Unidade Administrativa (1º Nível): DPG (Defensoria Pública-Geral)
- Unidade Administrativa (2º Nível): SRLI (Superintendência de Recursos Logísticos e Infraestrutura)
- Unidade Administrativa (3º Nível): DTSGI (Diretoria de Transportes, Serviços Gerais e Infraestrutura)
- Unidade Administrativa (4º Nível): CTSG/TRP (Coordenação de Transportes e Serviços Gerais/Transporte)
- Função: 04 Gestão de Logística e Infraestrutura
- Subfunção: 05 Executar a incorporação de navios velozes
- Atividade: 04 Acompanhar processo de multa
- Conjunto Documental: 01 Processo de multa

Card 4.3

Acesso

ACESSO	TIPO DE ACESSO
Restrito	Vigência 02 anos
Irrestrito	Vigência 02 anos

Possibilidade de consulta dos documentos tornando acessíveis e promovendo sua utilização a determinado público interno e/ou externo, sendo classificado como restrito ou irrestrito.

Restrito: somente a unidade administrativa produtora e usuários autorizados.

Irrestrito: acesso público, sem restrição.

Prazo de guarda

PRAZO DE GUARDA (em anos)	UNIDADE PRODUTORA	UNIDADE DE ARQUIVO
Indefinido	Indefinido	Indefinido
Indefinido	Indefinido	Indefinido
Indefinido	Indefinido	Indefinido

Unidade Produtora: período da produção (vigência) e utilização (02 anos) na fase corrente do conjunto ou espécie documental.

Unidade de Arquivo: após a produção e utilização (02 anos), o conjunto ou espécie documental será encaminhado para o Arquivo Central fazer sua custódia (guarda).

Destinação

DESTINAÇÃO	TIPO DE DESTINAÇÃO
Eliminação	Eliminação
Eliminação	Eliminação
Eliminação	Eliminação

Eliminação: o conjunto ou a espécie documental, de acordo com o PCD-TTAD **não pode ser eliminado**.

Permanente: o conjunto ou a espécie documental, de acordo com o PCD-TTAD, **é de caráter permanente**, custódia definitiva na própria unidade administrativa ou no Arquivo Central.

Eliminação: o conjunto ou a espécie documental, de acordo com o PCD-TTAD, **será eliminado**, após período de custódia temporária na Unidade Produtora e/ou no Arquivo Central.

Permanente: o conjunto ou a espécie documental, de acordo com o PCD-TTAD, **não é de caráter permanente**, sua custódia é temporária na própria Unidade Produtora ou no Arquivo Central.

Card 4.4

Observação

Informa a composição da produção documental, conjunto ou espécie e sua relação orgânica.

Detalha qual ou quais espécies documentais compõem ou podem compor, ou não, o conjunto documental.

O campo **Observação**, nesse exemplo, demonstra que a espécie documental “Relatório Final dos Trabalhos de Correição Extraordinária” está presente em vários conjuntos documentais, conforme os arranjos intelectuais (01.08.02.01).

O campo **Observação**, nesse exemplo, demonstra que o conjunto documental “Eslarecimento Administrativo a Particulares, Órgãos, Instituições e Entidades Setoriais” é composto por outras espécies documentais, cujo “asterisco (*)” indica compor ou não. Os números da Legenda indicam a classificação numérica das espécies documentais pelo PCD.

Legislação

Esse campo é muito importante no PCD-TTAD, pois informa se existe **legislação referente ao conjunto ou espécie documentais**, podendo também informar prazo de guarda no âmbito administrativo/fiscal.

A legislação é indicada pela própria unidade administrativa no diagnóstico documental e, a partir dela, o CPAD avalia e valida a eliminação de documentos.

Quando não existir legislação específica ao conjunto ou espécie documental, aparecerá a **descrição da legislação** e, quando tiver informação de temporalidade ou guarda, estará sublinhada.

Quando não existir legislação específica ao conjunto ou espécie documental, aparecerá a mensagem: **“LEGISLAÇÃO não contempla legislação específica”**.

Arquivo Central – AC

2522-8663 / 8711 / 8712 / 8749

arquivocentral@defensoria.mg.def.br

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

Arquivo Central – AC

2522-8663 / 8711 / 8712 / 8749

arquivocentral@defensoria.mg.def.br

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

>> continua

IMPORTANTE: Faça login no **Gerais** antes de clicar nos links



Para 2023, a Ascom criou uma Árvore de Natal interativa, dedicada a todas e a todos que fazem parte da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG).

A sua participação deixará nossa Árvore ainda mais especial. PARTICIPE!

A Ascom atualizará a Árvore com novos participantes toda sexta-feira, até o dia 5 de janeiro de 2024.

a) Envie uma mensagem com até 150 caracteres **OU:**

b) Envie uma foto sua, de sua família ou de alguém querido para você. Pode ser também de seu gato, cachorro, ou um pet amado.

Se for foto de um parente, informe o nome e o grau de parentesco (esposa, marido, filha, filho, neta ou neto.... Se for um pet, informe o nome.

Envie seus conteúdos pelo e-mail comunicacaoexterna@defensoria.mg.def.br

Distribuição das agendas e calendários 2024

Os kits agenda/calendário e calendários de mesa avulsos do ano 2024 da Defensoria Pública de Minas Gerais estão sendo distribuídos por meio da Superintendência de Logística para todas as defensoras e defensores públicos em atuação na capital, Região Metropolitana de BH, interior e Brasília e para parte do quadro administrativo.

Na capital, as diretorias de Patrimônio e Almo-xarifado (DPA) e de Transportes, Serviços Gerais e Infraestrutura (DTSGI) estão se organizando para fazer a entrega às coordenadorias e superinten-dências nas três unidades e nos outros órgãos.

Para a Região Metropolitana de BH, interior e Brasília, os kits agenda/calendário serão distribuídos por meio do sistema de rota, com previsão de toda a remessa até o final de janeiro. Para as de-fensoras e defensores públicos lotados nestas uni-dades, a entrega obedecerá a lista disponibilizada pela SGPSO na intranet, aba DEFENSORIAS, COOR-



DENADORES E LOTAÇÃO de acordo com a lotação.

Quanto ao quadro administrativo, tanto capi-tal, interior e Brasília, foi aberta consulta junto às Coordenadorias e Superintendências, com prazo até o dia 18/12, para posterior avaliação de acor-do com a disponibilidade do estoque.

Importante lembrar que a agenda e o calendá-rio da DPMG são de uso exclusivo para o desem-penho das atividades no âmbito da Defensoria Pública de Minas Gerais.